



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

Concurso Público

CARGO:

ANALISTA MUNICIPAL

ESPECIALIDADE:

PROCURADOR MUNICIPAL

PROVAS OBJETIVAS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo/especialidade para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A vida é uma criação da mente.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

1 A desigualdade e a sustentabilidade estão diretamente
ligadas aos desequilíbrios na inclusão das pessoas nos
processos produtivos. A mão de obra, a nossa imensa
4 capacidade ociosa de produção, mais parece um problema do
que uma oportunidade. O fato essencial para nós é que o
modelo atual subutiliza a metade das capacidades produtivas
7 do país. Evoluir para formas alternativas de organização
torna-se simplesmente necessário.

Assim, o drama da desigualdade não constitui apenas
10 um problema de distribuição mais justa da renda e da riqueza:
envolve a inclusão produtiva digna da maioria da população
desempregada, subempregada, ou encurralada nos diversos
13 tipos de atividades informais. Um PIB que cresce mas não
inclui as populações não é sustentável.

No âmbito global, esse é um problema que atinge
16 quase dois terços da população mundial a quem se trava o
acesso ao financiamento, às tecnologias, ao direito de cada um
ganhar o pão da sua família.

Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor. *Crises e oportunidades em tempos de mudança*. Jan./2010. Internet: <<http://dowbor.org>> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito das estruturas linguísticas e da organização das ideias no texto acima.

- 1 O período sintático que inicia o segundo parágrafo, na linha 9, apresenta a ideia que resume a argumentação desenvolvida no texto.
- 2 No trecho “da renda e da riqueza: envolve” (ℓ.10-11) a função do sinal de dois-pontos corresponde à função de um conectivo explicativo; por isso, preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se reescrever esse trecho do seguinte modo: da renda e da riqueza, pois envolve.
- 3 No desenvolvimento da argumentação, apesar de enfraquecer a ideia de oposição, a substituição de “mas” (ℓ.13) por e mantém a coerência e a correção do texto.
- 4 O uso da preposição “a” antes do pronome “quem” (ℓ.16) é exigência da relação entre o verbo **travar** e a expressão “dois terços da população mundial” (ℓ.16); mas o uso da mesma preposição antes das palavras “financiamento”, “tecnologias” e “direito”, todas na linha 17, é exigência da palavra “acesso” (ℓ.17).
- 5 A ocorrência da preposição **em** nos termos “na inclusão” (ℓ.2) e “nos processos” (ℓ.2-3) indica que esses dois termos complementam “desequilíbrios” (ℓ.2).
- 6 A expressão “a nossa imensa capacidade ociosa de produção” (ℓ.3-4) deve ser, necessariamente, demarcada por vírgulas porque sua função é a de explicar como deve ser compreendida, no desenvolvimento da argumentação, “A mão de obra” (ℓ.3).

1 Há duas maneiras de olhar para o desenvolvimento no
mundo contemporâneo. Uma, profundamente influenciada pelo
crescimento da economia e pelos valores que lhe estão
4 subjacentes, refere-se ao desenvolvimento essencialmente
como uma expansão rápida e sustentada do produto nacional
bruto *per capita*, talvez qualificada por uma exigência de que
7 os frutos dessa expansão alcancem todas as camadas da
comunidade. Uma segunda visão, que contrasta com a anterior,
vê o desenvolvimento como um processo que aumenta a
10 liberdade dos envolvidos para perseguir quaisquer objetivos
que valorizem. Em consonância com essa visão
do desenvolvimento, a expansão da capacidade humana
13 pode ser descrita como a característica central do
desenvolvimento. O conceito de “capacidade” de uma pessoa
pode ser encontrado em Aristóteles, para quem a vida de um
16 indivíduo pode ser vista como uma sequência de coisas que
ele faz e que constituem uma sucessão de funcionamentos.
A capacidade refere-se às combinações alternativas de
19 funcionamentos a partir das quais uma pessoa pode escolher.
Assim, a noção de capacidade é essencialmente um regime de
liberdade — o leque de opções que uma pessoa tem para
22 decidir que tipo de vida levar. A pobreza, nessa visão, não
reside apenas no estado de empobrecimento em que uma
pessoa pode realmente viver, mas também na falta de
25 oportunidade real — imposta por constrangimentos sociais,
bem como circunstâncias pessoais — para escolher outros tipos
de vida.

Amartya Sen. *Desenvolvimento com opulência, ou com liberdade efetiva*. In: *Planeta*, maio/2010, p. 75 (com adaptações).

Acerca das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de 7 a 14.

- 7 O uso de terceira pessoa do singular em “aumenta” (ℓ.9) tem a função textual e gramatical de associar esse verbo a “Uma segunda visão” (ℓ.8).
- 8 A substituição de “quaisquer objetivos” (ℓ.10) por **qualquer objetivo** manteria a coerência entre os argumentos e não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 9 O acento grave em “às combinações” (ℓ.18) indica aí a presença do artigo feminino antes do substantivo; mas seria igualmente correto omitir o artigo, ao retirar o acento grave e escrever **as combinações**.
- 10 Preservam-se a coerência e a correção gramatical ao se substituir “tem” (ℓ.21) por **dispõe**, com a vantagem de tornar o texto mais de acordo com o padrão culto da língua.
- 11 Os argumentos do texto seguem “duas maneiras” (ℓ.1): a primeira é marcada por “Uma” (ℓ.2), que “contrasta” (ℓ.8) com aquela identificada por “Uma segunda visão” (ℓ.8); e é a esta segunda que as ideias de Aristóteles são associadas.

- 12 Preservam-se as relações significativas entre os termos da oração, bem como a correção gramatical do texto, ao se reescrever o trecho “pelos valores que lhe estão subjacentes” (ℓ.3-4) do seguinte modo: pelos valores que estão subjacentes ao desenvolvimento do mundo contemporâneo.
- 13 Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do terceiro período sintático, se ele fosse iniciado da forma seguinte: Em uma segunda visão.
- 14 A flexão de plural em “constituem” (ℓ.17) mostra que o pronome “que” (ℓ.17) concorda em número com “coisas” (ℓ.16); mas seria igualmente correto e coerente usar-se aí a flexão de singular, **constitui**, caso em que o pronome concordaria com “sequência” (ℓ.16).

1 O mundo tem gerado excepcionais avanços tecnológicos nas últimas décadas e aumentado drasticamente sua capacidade de produzir bens e serviços. Ao mesmo tempo, 4 convivemos com 3 bilhões de pobres, dos quais 1,2 bilhão são extremamente pobres. Uma em cada seis pessoas passa fome em um mundo que pode fornecer alimentos para uma 7 população maior que a atual. A crise econômica mundial agravou esses problemas. A cidadania exige modelos econômicos que incluam a todos e existe uma demanda ativa e 10 crescente em muitos países nesse sentido. A ética e a economia têm de estar a serviço de políticas públicas inclusivas. Nos países nórdicos, no Canadá e na pequena, mas muito ativa 13 eticamente, Costa Rica está comprovado que práticas éticas fazem bem à economia, geram maior expectativa de vida e criam coesão social. Segundo o economista argentino 16 Kliksberg, o círculo perverso da iniquidade só será rompido quando enxergarmos a pobreza como uma violação dos direitos humanos, contra a qual é preciso lutar diariamente.

Entrevista de Bernardo Kliksberg a *CartaCapital*, 12/5/2010 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 15 O uso de “a qual” (ℓ.18) em lugar de **o que** tem a vantagem de deixar claro que a luta diária deve ser contra a “pobreza” (ℓ.17) ou contra a “violação” (ℓ.17), não contra os “direitos humanos” (ℓ.17-18).
- 16 A expressão “nas últimas décadas” (ℓ.2) permite a substituição de “tem gerado” (ℓ.1) por **gerou**, sem prejudicar a coerência ou a correção gramatical do texto, apesar de alterar as relações semânticas entre as ideias.
- 17 Na linha 5, a substituição da flexão de singular em “passa” pela flexão de plural, **passam**, manteria a correção gramatical do texto, mas colocaria a ênfase em “seis pessoas”.
- 18 Mantêm-se a coerência e a correção gramatical do texto ao se retirar a preposição do termo “a todos” (ℓ.9).
- 19 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical do texto ao se deslocar a expressão “em muitos países” (ℓ.10) para imediatamente antes de “existe” (ℓ.9), usando-se uma vírgula antes e outra depois da expressão deslocada.
- 20 Na linha 13, o uso da flexão de masculino em “comprovado” respeita as regras de concordância da norma culta porque está subentendida a palavra **país** antes de “Costa Rica”.

Com relação às operações que podem ser realizadas em uma tabela no Word 2007, julgue os itens a seguir.

- 21 As linhas das bordas da tabela podem ser duplas e a cor da linha pode ser escolhida de acordo com a paleta de cores do Word.
- 22 Em uma tabela no Word, a inserção de um objeto do tipo imagem tem restrição quanto à extensão para formato jpg. Os demais formatos podem ser inseridos no corpo do documento.

Acerca dos sistemas operacionais Windows XP Professional e Linux, julgue os itens que se seguem.

- 23 No Linux, por padrão, o aplicativo Grub é usado para enviar um correio eletrônico para destinatário na Internet.
- 24 No Windows XP Professional, o tamanho da BIOS do computador influencia o particionamento do disco quando o sistema é instalado.

Considere que, em uma *intranet*, exista um sistema de correio eletrônico e que o usuário utilize um cliente *webmail* como interface de acesso, por meio de um navegador. Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 25 Caso se deseje mais segurança do que a convencional, o uso do HTTPS no servidor *webmail* é indicado para conferir confidencialidade aos dados trafegados.
- 26 No caso em questão, o navegador deve suportar o protocolo HTTP, uma vez que a interface de acesso é do tipo *webmail*.

Considerando que um usuário tenha criado um conjunto de arquivos e pastas em um sistema operacional Windows XP, julgue os itens seguintes.

- 27 Se o usuário movimentar o arquivo para dentro de uma pasta criada previamente, a hora de criação do arquivo será modificada para a mesma hora de criação da pasta.
- 28 A data de criação do arquivo vai estar de acordo com a data configurada no sistema.

Julgue os próximos itens, referentes ao uso de certificação digital e de assinatura digital na criação de documentos.

- 29 Um certificado digital pode ser emitido para que um usuário assine e criptografe mensagens de correio eletrônico.
- 30 Por princípio, considera-se que qualquer documento assinado digitalmente está criptografado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue o item abaixo, considerando a responsabilidade do advogado público parecerista.

- 31 No tocante à advocacia pública consultiva, o advogado poderá ser responsabilizado nos casos de culpa grave, erro inescusável, dolo e quando o parecer for vinculante.

De acordo com a Lei n.º 9.469/1997, que trata da intervenção da União nas causas em que os entes da administração indireta figurem como autores ou réus, julgue o item subsequente.

- 32 Um procurador necessitará apresentar o instrumento de mandato caso venha a representar judicialmente uma fundação pública na qual ocupe cargo efetivo.

Considerando a Lei de Improbidade — Lei n.º 8.429/1992 — e os procedimentos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 33 O procedimento administrativo cabe à administração pública, mas a Lei de Improbidade permite ao Ministério Público designar um representante do órgão para acompanhar esse procedimento.
- 34 As disposições da Lei n.º 8.429/1992 não são aplicáveis àqueles que, não sendo agentes públicos, se beneficiarem, de forma direta ou indireta, com o ato de improbidade cometido por prefeito municipal.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos contratos administrativos.

- 35 Aplica-se a teoria da imprevisão quando, nos contratos administrativos, a administração pode rever as cláusulas financeiras, para permitir sua continuidade, caso seja conveniente para o interesse público.
- 36 O consórcio administrativo se constitui como uma pessoa jurídica formada por dois ou mais partícipes da esfera pública da mesma natureza e do mesmo nível de governo, para a consecução de objetivos comuns.
- 37 Apesar de a decisão executória da administração pública dispensar a intervenção prévia do Poder Judiciário, não há impedimento para que ocorra o controle judicial após a realização do ato.
- 38 O fato de a administração poder optar entre a celebração de contrato ou a revogação de licitação decorrente de razões de interesse público é um exemplo típico de atuação vinculada.
- 39 A oportunidade e a conveniência são fundamentos para que a administração revogue um ato administrativo válido; os efeitos já produzidos por esse mesmo ato, todavia, serão preservados.

Julgue o item seguinte, que trata de desapropriação.

- 40 Cabe a retrocessão quando o expropriante dá ao imóvel uma destinação pública diferente daquela mencionada no ato expropriatório.

Com relação à autarquia, julgue o item seguinte.

- 41 São características das autarquias a descentralização, a criação por lei, a especialização dos fins ou atividades, a personalidade jurídica pública, a capacidade de autoadministração e a sujeição a controle ou tutela.

Acerca de licitação, julgue o próximo item.

- 42 O convite é uma modalidade de licitação em que a convocação se faz por carta-convite. Ele dispensa a publicação em edital, mas a lei exige que a unidade administrativa afixe, em lugar adequado, uma cópia do instrumento convocatório.

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir.

- 43 O chefe imediato do servidor tem a faculdade de autorizar ou não a compensação de horário. Não havendo tal compensação, o servidor perderá a parcela da remuneração correspondente ao atraso, sem que, nessa hipótese, se caracterize violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- 44 A comissão de sindicância não é pré-requisito para a instauração do processo administrativo disciplinar.

Na contestação, um instrumento de defesa por meio do qual pode suscitar questões de ordem processual e(ou) de mérito, o réu deve apresentar toda a matéria de defesa, bem como especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 45 Configurada a revelia, o réu poderá intervir no processo em qualquer fase, caso em que o receberá no estado em que se encontre, podendo, inclusive, produzir provas se ingressar no decurso da instrução. Além disso, ainda que o réu se habilite no processo após a publicação da sentença, será admissível a interposição de recurso de apelação, desde que não tenha transcorrido o prazo recursal.
- 46 Se o réu deixar de contestar a ação, configurar-se-ão revelia e presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor na petição inicial. Nesse caso, o efeito processual será sempre o julgamento antecipado da lide.
- 47 Independentemente da natureza da lide e das partes envolvidas, se o réu deixar de contestar a ação, o juiz deverá julgar a lide antecipadamente, proferindo sentença de total procedência, em decorrência da presunção de veracidade dos fatos constitutivos do direito do autor.

Acerca de prazos e dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz, julgue os itens subsequentes.

- 48 Segundo o disposto na lei processual civil, o juiz deve decidir a lide nos termos em que foi proposta, sendo-lhe proibido conhecer das questões não suscitadas pelas partes. Isso significa que, mesmo nas obrigações específicas, o juiz ficará impedido de substituir, de ofício, a tutela desejada pelo autor por outra tutela que lhe garanta o resultado prático correspondente.
- 49 Considere que a procuradoria do município de Boa Vista – RR tenha ajuizado ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, contra Marta, Cláudio e Ricardo, todos solteiros. Considere, ainda, que, por julgar tratar-se de posse velha, o juiz tenha negado a liminar de reintegração e, a pedido do autor, tenha determinado que os réus fossem citados por oficial de justiça. Nessa situação hipotética, se os réus forem representados por advogados distintos, o prazo para contestar será de até trinta dias, prazo esse que começará a fluir a partir do primeiro dia útil imediato após a juntada aos autos do processo do último mandado de citação cumprido.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 50 A Procuradoria Geral do Município de Boa Vista interpôs recurso de agravo de instrumento contra decisão do juízo da mesma comarca (Boa Vista – RR), pelo fato de esse juízo ter concedido liminar de antecipação de tutela em ação de obrigação de fazer movida contra a municipalidade. Em seu recurso, a Procuradoria requereu efeito suspensivo ao ato atacado. O relator do agravo indeferiu o pedido de efeito suspensivo. Nessa situação, para obter o efeito suspensivo desejado, a Procuradoria poderá interpor o competente agravo interno, também denominado agravo regimental, cujo prazo para interposição é de cinco dias.
- 51 Com o objetivo de receber veículo objeto de contrato firmado por instrumento particular, Roberto ajuizou ação executiva contra Aristeu. Citado na forma da lei, Aristeu apresentou embargo à execução no décimo sétimo dia após a data da citação, que correspondia ao décimo segundo dia após a juntada do mandado citatório aos autos do processo. Nessa situação, por não haver nenhum vício processual, o juiz deve receber os embargos e determinar o seu regular processamento.

Com relação ao direito civil, julgue os itens que se seguem.

- 52 A destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente não constitui ato ilícito civil, sobretudo se as circunstâncias a tornarem absolutamente necessária, e o agente não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo.
- 53 Os direitos da personalidade caracterizam-se pela extrapatrimonialidade e a eles atribuem-se, entre outras características, a oponibilidade *erga omnes*, a vitaliciedade e a relativa disponibilidade. Diz-se, portanto, que a personalidade goza de relativa disponibilidade porque alguns dos direitos da personalidade não admitem qualquer limitação, apesar de, em alguns casos, não haver óbice legal à limitação voluntária.
- 54 Segundo a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF), a empresa locadora de veículo não responde, nem civil nem solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado.

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 55 Romero comprometeu-se a restituir coisa certa a Mateus, em data previamente definida, mas, antes de efetivada a tradição, a coisa se perdeu, sem culpa do Romero. Nessa situação, Romero deve assumir integralmente o ônus da perda, devendo restituir a Mateus um objeto com as mesmas características ou pagar-lhe, a título de perdas e danos, valor equivalente.
- 56 Aroldo, pessoa afortunada, resolveu assumir uma dívida que seu cunhado, Batista, possuía junto a Carlos, sem que este tivesse anuído à assunção da dívida. Nessa situação, Batista será exonerado da obrigação e Carlos somente poderá exigir de Aroldo o cumprimento da obrigação.

Acerca das diversas formas de controle sobre a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 57 As comissões parlamentares de inquérito constituídas por qualquer uma das casas do Congresso Nacional têm poderes próprios das autoridades judiciais, podendo ordenar, entre outros procedimentos, busca domiciliar e interceptação telefônica.
- 58 Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- 59 A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, podem convocar ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações relativas a assunto previamente determinado, sendo que a ausência injustificada do convocado importará na prática de crime de responsabilidade.
- 60 Nos casos em que a consulta a parecerista seja facultativa, entende o STF que o parecer favorável a ato que venha a lesar o erário enseja a responsabilização pelos danos causados aos cofres públicos também do jurista que o emitiu.

Com relação aos direitos sociais constitucionalmente assegurados para proteção do trabalhador, julgue os itens seguintes.

- 61 A previsão constitucional de regras diferenciadas de aposentadoria para quem exerça atividades sob condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou a sua integridade física carece de regulamentação infraconstitucional. Por essa razão, caso a regulamentação não seja produzida, os servidores que exerçam atividades nocivas podem solicitar a aplicação, por analogia, das regras do regime geral de previdência.
- 62 Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto entre eles e os empregadores.
- 63 Tanto o trabalhador urbano quanto o trabalhador rural têm direito a assistência gratuita para seus filhos e dependentes, em creches e pré-escolas até determinada idade.

Julgue os itens subsecutivos, referentes ao papel dos municípios na Federação brasileira.

- 64** Nas consultas plebiscitárias para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, deve-se consultar a população dos territórios diretamente afetados pela alteração. Nesse caso, a vontade popular é aferida pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.
- 65** O entendimento do STF, fixando o número exato de vereadores por município, não encontra previsão expressa na Constituição Federal de 1988 (CF), que prevê apenas o número máximo e o número mínimo de vereadores, a depender da população.
- 66** O estado pode intervir em seus municípios somente quando estes deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida fundada ou não prestarem as contas devidas, na forma da lei, ou ainda quando não aplicarem o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- 67** A doutrina diverge no que se refere ao considerar municípios entidades federativas. Para alguns, são apenas divisões político-administrativas dos estados.

A respeito do regime constitucional da propriedade, julgue o item que se segue.

- 68** O proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado poderá ser coagido a promover seu adequado aproveitamento, por meio da imposição de penalidades, entre as quais o parcelamento ou edificação compulsórios e a desapropriação do imóvel.

Tendo em vista as disposições constantes na Lei Orgânica do Município de Boa Vista sobre a Câmara Municipal e as atribuições dos vereadores, julgue os itens a seguir.

- 69** O presidente da Câmara Municipal, ou quem o substituir, só poderá manifestar seu voto na eleição da mesa diretora ou quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 70** Ocorrendo vaga na Câmara Municipal, o fato será comunicado ao tribunal regional eleitoral e, enquanto a vaga não for preenchida, o *quorum* de votação será calculado em função dos vereadores remanescentes.
- 71** As sessões da Câmara Municipal devem ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele, sem autorização prévia da mesa diretora.

Com relação aos bens municipais, julgue os itens seguintes.

- 72** A autorização de uso é ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual o município consente a prática de determinada atividade individual incidente sobre bem público. Não há forma nem requisitos especiais para sua efetivação, pois ela visa apenas atividades transitórias e irrelevantes para o poder público, bastando que se consubstancie em ato escrito, revogável sumariamente a qualquer tempo e sem ônus à administração.
- 73** A permissão de uso será feita por licitações a título precário e por decreto.
- 74** Todos os bens municipais, qualquer que seja a sua destinação, são passíveis de uso especial por particulares, desde que a utilização consentida pela administração não acarrete a inutilização ou a destruição desses bens.

No que se refere ao Estatuto do Servidor Público do Município de Boa Vista, julgue os itens subsequentes.

- 75** O servidor que, a serviço, se afastar da sede, em caráter transitório, para outra unidade da Federação, nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, fará jus a passagens e diárias para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.
- 76** Além do vencimento, poderão ser pagos ao servidor indenizações, gratificações e adicionais. Esses pagamentos não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

Julgue os próximos itens, relativos ao regime próprio da previdência dos servidores públicos do município de Boa Vista.

- 77** A gratificação natalina (décimo terceiro salário), direito assegurado pela CF aos empregados e aos servidores públicos, por não integrar o conceito de remuneração, está sujeita à contribuição previdenciária.
- 78** Em nenhuma circunstância, a mulher que renunciar aos alimentos na separação judicial terá direito a pensão previdenciária por morte do ex-marido.
- 79** A limitação do auxílio-reclusão aos dependentes de segurado de baixa renda traduz inovação da Emenda Constitucional n.º 20/1998, já que, antes dessa emenda, esse direito se estendia aos dependentes de qualquer segurado preso.

Julgue os itens a seguir, considerando que um operário tenha manejado ação trabalhista e indicado, como valor da demanda, o total de R\$ 20.500,00.

- 80** Se o autor mover a demanda sem advogado, os autos do cartório poderão ser retirados por ele.
- 81** Na ocorrência de acordo entre as partes, a homologação desse acordo será irreversível.
- 82** Se a demanda estiver discutindo descumprimento de norma coletiva, poderá ocorrer execução direta de direito pelo trabalhador que se julgar prejudicado, visto ser o instrumento coletivo título passível de execução.
- 83** Decidida a questão suscitada no âmbito do embargo à execução, o próximo recurso cabível será agravo de petição, a ser manejado no prazo de oito dias.
- 84** Ao se pretender promover ação rescisória contra o decidido, deverá ser sempre observado o depósito prévio de 20% sobre o valor da condenação.
- 85** Ao postular o reconhecimento de eventual relação de emprego, o obreiro não terá distinção entre os efeitos da prescrição, somente para esse fim, quando menor ou maior.
- 86** O contrato de trabalho em discussão só terá vigência caso escrito e firmado entre empregado e empregador.
- 87** Na discussão judicial de direitos, caso o empregador reconheça parte do crédito almejado pelo obreiro, mas não o quite na primeira assentada, deverá ser condenado a fazê-lo com a majoração de 50% somente sobre o salário devido.
- 88** Pelo rito da demanda, o endereço incorreto do reclamado indicado para citação implica o arquivamento da reclamação.
- 89** O reclamante pode indicar e requerer a intimação de duas testemunhas.

Com relação ao direito financeiro e econômico pátrio, julgue os itens de **90 a 94**.

- 90** O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- 91** Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.
- 92** A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos para-fiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

Acerca dos crimes previstos na Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n.º 8.666/1993) e nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens subsequentes.

- 95** Nos casos de sentença condenatória por prática de algum dos crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993, a pena de multa deverá ser fixada em percentual, cuja base deverá corresponder ao valor da vantagem obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
- 96** A Lei n.º 8.429/1992 traz expressa disposição no sentido de admitir o afastamento do cargo do agente público, quando a medida se mostrar necessária à instrução do processo.
- 97** A autoridade competente que, fora das hipóteses previstas em lei, determinar dispensa ou inexigibilidade de licitação incorrerá em crime previsto na Lei n.º 8.666/1993.
- 98** A prolação da sentença em que sejam aplicadas as sanções de suspensão dos direitos políticos e perda da função pública por ato de improbidade administrativa deve surtir efeito imediatamente.
- 99** A representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente, constitui crime expressamente previsto na Lei n.º 8.429/1992.
- 100** As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992 prescrevem dez anos após a ocorrência dos atos tidos como lesivos ao erário.

A respeito da competência no direito processual penal, julgue os seguintes itens.

- 101** Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência será firmada pelo domicílio da vítima.
- 102** Caso um prefeito municipal cometa crimes contra bens, interesses ou serviços da União, ele somente poderá ser processado criminalmente mediante ação penal instaurada no tribunal de justiça do estado.
- 103** A competência territorial é relativa; não alegada no momento oportuno, ocorre a preclusão. Por conseguinte, ela é prorrogável.

Acerca da prisão, julgue os itens a seguir.

- 104** A liberdade provisória deverá ser concedida sempre que o juiz verificar a ausência de quaisquer das hipóteses previstas em lei para a decretação da prisão preventiva.
- 105** A prisão preventiva somente poderá ser decretada, mediante ordem judicial devidamente fundamentada, no curso de ação penal regularmente instaurada perante o juízo competente.
- 106** Durante o inquérito policial, a prisão temporária é considerada medida cautelar de natureza processual destinada a possibilitar as investigações a respeito de crimes graves.

Com relação ao estado, ao poder de tributar e ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

- 107** O estado pode conceder remissão de créditos constituídos referentes ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores sem que o benefício fiscal seja objeto de deliberação entre todos os estados e o Distrito Federal (DF) no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.
- 108** Serviço público prestado pelo estado, sendo de utilização compulsória, mesmo que não usufruído efetivamente e desde que específico e divisível, será fato gerador de preço público.
- 109** Qualquer omissão de requisito legal previsto para constar no termo de inscrição de dívida ativa causa a sua nulidade absoluta, caso a omissão não seja sanada até a decisão de primeira instância.
- 110** Em matéria de legislação tributária, a casa legislativa do município pode estabelecer norma dispondo sobre crédito, diferentemente do disposto em lei complementar.
- 111** Sujeita-se à condição prevista em programa de benefício fiscal estabelecido pelo estado o repasse da quota constitucionalmente devida aos municípios em função das operações relativas à circulação de mercadorias e em função da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Considerando as disposições da CF quanto à matéria da educação, julgue os itens subsequentes.

- 112** A CF dispõe que é direito público subjetivo o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, sendo que a sua oferta irregular ou o não oferecimento pelo poder público é responsabilidade da autoridade competente.
- 113** Em relação à organização da educação brasileira, a CF estabelece que a União, os estados, o DF e os municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração, cabendo aos municípios atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

Tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor — Lei nº. 9.394/1996 —, julgue os itens que se seguem.

- 114** A LDB dispõe que os sistemas municipais de ensino compreendem as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo poder público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; e os órgãos municipais de educação.
- 115** O dever do Estado com a educação escolar pública, de acordo com a LDB, será efetivado mediante algumas garantias, entre as quais se explicita a garantia de vaga em escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência de toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

Julgue os itens a seguir, relativos às legislações previdenciária e da seguridade social.

- 116** É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da previdência social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.
- 117** No que tange à organização da assistência social, compete aos municípios atender às ações assistenciais de caráter emergencial e efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.
- 118** A equidade na forma de participação no custeio é princípio constitucional atinente à seguridade social, no entanto, as entidades beneficentes de assistência social que atenderem às exigências estabelecidas em lei serão isentas de contribuição para a seguridade social.
- 119** O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal é segurado obrigatório da previdência social como empregado, ainda que seja vinculado a regime próprio de previdência social.
- 120** Se, durante seu intervalo para refeição, um empregado lesionar um dos seus joelhos enquanto joga futebol nas dependências da empresa, ficando impossibilitado de andar, tal evento, nos termos da legislação previdenciária, não poderá ser considerado como acidente de trabalho.